

**ANEXO III – TERMO DE ACEITAÇÃO DEFINITIVA E
PERMISSÃO DE USO DE ATIVOS**

TERMO DE ACEITAÇÃO DEFINITIVA E PERMISSÃO DE USO DE ATIVOS

PODER CONCEDENTE (qualificação completa), neste ato representada por REPRESENTANTE LEGAL, e de outro lado, CONCESSIONÁRIA, (qualificação completa), representada na forma de seus atos constitutivos por (nome e qualificação completa), têm, entre si, ajustado o presente Termo de Aceitação Definitiva e Permissão de Uso de Ativos, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA 1ª – OBJETO

1.1. O presente Termo tem por objeto:

1.1.1. A aceitação formal por parte da Concessionária do inventário com todos os bens existentes e integrantes do Heliporto, apresentados no Termo de Aceitação Provisório, e

1.1.2. Permissão de uso e acesso gratuito dos bens inventariados indicados na lista anexa, conforme Cláusula 2.25 do Contrato de Concessão, do qual este Termo passa a fazer parte integrante, a fim de que a Concessionária proceda a execução do objeto concedido.

CLÁUSULA 2ª – PRAZO

2.1. O presente Termo Definitivo de Aceitação e Permissão de Uso de Ativos terá o prazo de vigência iniciado na data de sua assinatura e de término na mesma data em que for extinto o Contrato de Concessão.

2.2. O presente Termo de Aceitação Definitiva e Permissão de Uso de Ativos, por ser um Contrato acessório, poderá ter seu prazo de vigência alterado em decorrência de alterações no prazo do Contrato de Concessão.

CLÁUSULA 3ª – CONDIÇÕES DA PERMISSÃO

3.1. A Concessionária obriga-se a:

3.1.1. Ter vistoriado os referidos bens, estando de acordo com a descrição constante do inventário, o qual passa a fazer parte integrante do presente, nada mais tendo a reclamar da ANAC em relação aos referidos bens;

3.1.2. Utilizar a área, os equipamentos e os bens exclusivamente para execução do objeto da Concessão, vedado seu uso para qualquer outra finalidade;

3.1.3. Zelar pela guarda e conservação das áreas e dos equipamentos de forma a poder devolvê-los à ANAC nas mesmas condições de operação em que ora lhes são entregues

3.1.4. Efetuar o pagamento de eventuais impostos e taxas que recaiam ou venham a recair sobre as áreas devido à execução do Contrato de Concessão, bem como despesas relativas a energia elétrica, água e telefonia de canteiros de obras, respondendo, ainda por todas exigências dos poderes públicos a que der causa; e

3.1.5. Ocupar os imóveis e assumir a responsabilidade pela guarda dos mesmos, dos equipamentos e bens, a partir da assinatura deste instrumento, de forma a poder devolvê-los à ANAC em boas condições.

CLÁUSULA 4ª – BENFEITORIAS

4.1. Quaisquer benfeitorias, sejam úteis, necessárias ou voluptuárias, bem como plantações e acessões, consentidas ou não, que a Concessionária vier a fazer na área objeto da Permissão de Uso, ficarão a ela incorporadas, desistindo a Concessionária de qualquer direito de retenção ou indenização.

CLÁUSULA 5ª – DA EXTINÇÃO

5.1. O presente Termo Aceitação Definitiva e Permissão de Uso de Ativos será extinto nas mesmas hipóteses de extinção previstas do Contrato de Concessão.

5.2. A extinção deste Termo de Aceitação Definitiva e Permissão de Uso de Ativos implicará a imediata desocupação e restituição das áreas cedidas, sob pena da Concessionária ser considerada esbulhadora, para efeito de reintegração de posse, conforme artigos 926 e seguintes do Código de Processo Civil, bem como a devolução de todos os equipamentos cedidos, sem prejuízo das indenizações ao Poder Concedente, quando for o caso

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo nomeadas.

_____, __ de _____ de ____.

PODER CONCEDENTE

CONCESSIONÁRIA

LISTA DEFINITIVA DE BENS E ATIVOS E INVENTÁRIO

Item	Nº do Patrimônio	Descrição	Estado de Conservação	Data de Aquisição ou Avaliação	Vida útil	Valor de aquisição ou avaliação	Depreciação acumulada	Valor Líquido

Estado de conservação: bom – em condições de uso; ocioso – quando, embora em condições de uso, não estiver sendo aproveitado; recuperável – quando sua recuperação for possível e orçar, no máximo, a cinquenta por cento de seu valor de mercado; antieconômico – quando sua manutenção for onerosa, ou seu rendimento precário, em virtude de uso prolongado, desgaste prematuro ou obsolescimento; irrecuperável – quando não mais puder ser utilizado para o fim a que se destina devido à perda de suas características ou em razão da inviabilidade econômica de sua recuperação.